

*A Companhia de Jesus na Índia: um intento de comparação frente ao período dos primeiros missionários (1499-1552)**

FELIPE AUGUSTO FERNANDES BORGES*¹

Universidade Estadual de Maringá

CÉLIO JUVENAL COSTA*²

Universidade Estadual de Maringá

SEZINANDO LUIZ MENEZES*³

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Analisar a primeira década de trabalho da Companhia de Jesus na Índia em comparação com os trabalhos missionários empreendidos pelos padres e irmãos religiosos nas décadas anteriores é o objetivo deste artigo. O recorte temporal inicia-se em 1499, ano da chegada das primeiras naus e dos primeiros religiosos portugueses na Índia, passa pelo ano de 1542, que marca a chegada dos jesuítas naquelas partes, e termina no ano da morte do padre Francisco Xavier, em 1552. Este recorte permite analisar os primeiros anos de missão catequética na Índia e a primeira década de atividade jesuítica, tempo em que a Companhia foi liderada por Xavier. As fontes utilizadas para elaboração do texto são as contidas na *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, coletânea organizada e anotada por pelo Padre Antônio da Silva Rêgo.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Índia; Padroado Real Português.

Abstract: This article aims to analyze the first decade of work of the Society of Jesus in India compared to the work undertaken by missionaries, priests and religious brothers in previous decades. The timeframe begins in 1499, year of the arrival of the first ships and the first portuguese religious in India, passing through the year 1542, which marks the arrival of the jesuits in those parts and ends in the year of the death of priest Francisco Xavier in 1552. This cut allows analyzing the early years of catechetical mission in India and the first decade of jesuit activity, a time when the company was led by Xavier. The sources used for the preparation of the text are those contained in the *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, organized and annotated by priest Antônio da Silva Rego.

Keywords: Society of Jesus; India; Portuguese Royal Patronage.

* Recebido em 29 de janeiro de 2016 e aprovado para publicação em 28 de junho de 2016.

¹ Mestre em Educação e doutorando em História na Universidade Estadual de Maringá. Pedagogo da Universidade Federal do Paraná. E-mail: felipe.afb@hotmail.com.

² Doutor em Educação. Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: costacelio@terra.com.br.

³ Doutor em História. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: sl.menezes@uol.com.br.

Introdução

Este artigo pretende abordar as missões da Companhia de Jesus na Índia, durante sua primeira década de ação, entre 1542 e 1552, quando foi capitaneada, naquelas partes, pelo missionário e padre Francisco Xavier, primeiro jesuíta a aportar em solo indiano. Além disso, aborda também aspectos do trabalho missionário antes realizado pelos padres e missionários seculares e de outras ordens religiosas que primeiro chegaram à Índia, sob a égide do Padroado Real Português.

A ação missionária e catequética dos padres e irmãos religiosos na Índia foi parte indissociável do próprio processo de ocupação portuguesa, considerando que os clérigos desempenhavam uma função de disseminação religiosa e cultural. Tanto os padres que trabalharam na Índia durante os primeiros anos, quanto os padres e irmãos da Companhia de Jesus posteriormente agiram de forma a disseminar uma importante parte da cultura europeia e portuguesa, ou seja, a religião. Juntamente a isso, ensinavam crianças a ler e escrever, catequizavam, inseriam para os nativos costumes até então desconhecidos. Pretende-se aqui analisar estas ações, nos dois momentos distintos a que nos remetemos.

Desta forma, o recorte temporal do texto tem início em 1499, ano da chegada das primeiras naus portuguesas na Índia (THOMAZ, 1994) e, conseqüentemente, dos primeiros padres, passando pela chegada dos jesuítas naquelas partes, em 1542, e culminando no ano da morte do padre Francisco Xavier, em 1552. Tal recorte nos permite analisar tanto os primeiros anos de missão catequética na Índia quanto também a primeira década de atividade jesuítica, marcada pela presença, liderança e dinamismo do padre e missionário Francisco Xavier. Cabe ressaltar que Xavier figurara, juntamente a Simão Rodrigues, Nicolau de Bobadilha, Diogo Laíñez, Alonso de Salmerón e Pedro Fabro, no grupo que, unindo-se sob a liderança de Inácio de Loiola, iniciaram em 1534 aquilo que viria a ser a Companhia de Jesus. Além disso, Xavier foi o primeiro padre jesuíta a ir para missões Ultramarinas e também foi o primeiro Superior Provincial da Companhia de Jesus na Índia, cargo que ocupou até sua morte (JESUÍTAS, 2012).

As fontes utilizadas para pesquisa, leitura e elaboração do texto estão na *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, que foi organizada por um religioso português, o Padre António da Silva Rêgo.

Atividade e perseverança: relatos das cartas e registros documentais

Desde a chegada e da ocupação portuguesa na Índia a presença dos padres missionários em tais domínios foi intensa e extensa. Muitos padres e irmãos religiosos empreenderam seu trabalho de catequese na Índia desde que os portugueses atracaram por lá sua primeira nau. Foram padres e irmãos de diversas (e diversificadas) ordens, tanto padres seculares – que não são diretamente ligados a nenhuma ordem regular da Igreja Católica – como os chamados padres regulares – aqueles pertencentes às ordens religiosas. Na missão do Padroado Português na Índia houve o envio de padres seculares e regulares, conforme vemos nos registros das fontes documentais e também na historiografia. Trabalhos como os de Boxer (1981; 2002), Costa (2004), Manso (2004), Tavares (2004), Oliveira (1958) apontam para a presença de padres seculares, além de franciscanos, dominicanos, agostinhos, carmelitas, jesuítas e ainda outros no Oriente de dominação portuguesa, mais especificamente na Índia.

Considerando que este texto consiste na análise do recorte temporal compreendido entre 1499 a 1552, pudemos ver dois períodos distintos desta missão: aquilo que chamamos de “primeiros anos” da missão (1499-1542) e o período de trabalho dos padres da Companhia de Jesus (1542-1552).

Antes mesmo de proceder às comparações que julgamos aqui pertinentes, desejamos tomar o cuidado de afirmar nossa consciência quanto às nossas fontes. Compreendemos que, em muitos momentos, os escritos dos padres da Companhia de Jesus abordavam apenas os considerados sucessos da missão, omitindo por vezes as intempéries a que aqueles padres estavam sujeitos. Igualmente, compreendemos, ainda, que parte destes sucessos descritos possam ser, de certa forma, um pouco exagerados.

Ainda assim, desejamos nos basear nestas cartas, por serem elas o que nos restou daquela realidade, e, portanto, uma das formas que temos de

conhecer aquilo que se passou. Nesse sentido, pretendemos aqui comparar as ações jesuíticas com aquelas imediatamente anteriores a eles dispondo das fontes a que neste momento temos acesso.

Uma das formas de justificarmos nossa escolha de comparação reside no fato de que o sucesso missionário dos jesuítas está descrito não apenas nas cartas dos padres da Companhia, mas em diversas narrações de pessoas alheias à mesma, especialmente os leigos admiradores dos inacianos. Vemos, assim, que o trabalho e a missão dos jesuítas logo de início passa a surtir os efeitos que fundador das missões da Companhia na Índia, Francisco Xavier, desejava. Lemos, nos documentos, relatos do aumento do número de cristãos e, ainda, de conversões que apresentavam maior confiabilidade no que diz respeito ao conhecimento da religião cristã por parte daqueles que se convertiam por obra dos inacianos.

Para citarmos os documentos, lembramo-nos da carta do jesuíta Manuel de Moraes que, ao escrever aos confrades em Coimbra no dia 03 de janeiro do ano de 1549, conta terem sido batizadas, na Costa do Malabar, cerca de 600 pessoas em um espaço de 13 meses (*apud* REGO, 1950b, p. 212-217). Não podemos saber ao certo a confiabilidade dos números, mas, como afirmamos, não são apenas os jesuítas que alardeiam seus feitos. Para comprovar nosso raciocínio, selecionamos alguns excertos que ilustram nossas afirmações. No ano de 1548, lemos o leigo Tomé Lobo escrevendo a D. João III em carta datada do dia 13 de outubro daquele ano:

Grande serviço a Deus se faz cá nestas partes em todas estas religiões, e principalmente na Ordem de Jesus por estes apóstolos, porque nos fazem em extremo bons cristãos, para o que éramos, de que Vossa Alteza deve ter grande contentamento; todo ano sempre em sua casa São Paulo há confessar e comungar muita gente, e quando o padre Mestre Francisco aqui está, pregação sempre de grande doutrina, [...]. São todos muito virtuosos e de grande humildade; por missa nem coisa que façam não levam dinheiro, nem o tomam na mão [...] (*apud* REGO, 1950b, p. 69-70).¹

¹ Nesta e nas demais citações das fontes documentais foi feita uma atualização ortográfica

Nesta pequena parte do relato escrito por Tomé Lobo, podemos encontrar uma sutil comparação entre a obra da Companhia e aquela que era operada antes dela. Lobo se refere aos jesuítas como pessoas humildes, declara que os mesmos não recebiam dinheiro por suas missas e celebrações, e diz, especialmente, que, em virtude do seu trabalho, os homens eram feitos *em extremo bons cristãos, considerando aquilo que eram*. Uma afirmação deste nível nos faz compreender que havia formas de comparação na própria época que estamos estudando. Os próprios portugueses e cristãos convertidos na Índia faziam seus juízos sobre a ação inaciana, na maioria das vezes considerando os jesuítas como mais preparados e de ação mais eficaz que seus antecessores. Nesta carta fica evidente que o escritor admite que antes da Companhia os portugueses, de maneira geral, encontravam-se num estado de relaxamento dos costumes cristãos, o que em parte parece mudar com o advento dos novos padres. Podemos inferir que talvez o rigor de preparação, de postura e de forma de agir dos padres jesuítas tenha feito parte dos portugueses recordarem o catolicismo que praticavam em Portugal. Se estivermos certos nesta afirmação, podemos ainda compreender que por ocasião do trabalho da Companhia de Jesus, um considerável contingente de cristãos portugueses sentiu-se de certa forma mais amparados espiritualmente por aqueles padres.

Em contrapartida, encontramos datada de 1510 uma carta de Gonçalo Fernandes ao rei D. Manuel, em que se reclama da má qualidade dos clérigos em exercício, além dos já citados comportamentos inaceitáveis que os missionários cultivavam. Na missiva, o escrevente afirma que:

[...] cá eu, Senhor, não sei onde se acham tão ruins, porque diga verdade, clérigos e frades, como cá vem ter, porque as maldades que cometem, de ignorâncias em seus ofícios, ladroíces nas confissões e vida contaminada de alguns, digo, cuja, bestial e dissoluta são tão feias que deixo de as tocar a Vossa Alteza, pela honestidade que se deve a real majestade; e perdoe

e gramatical portuguesa, a fim de facilitar a compreensão para o leitor, sendo que o sentido das citações foi preservado.

Deus a quem engana Vossa Alteza, e especialmente neste estado, que tanto dana, por maus exemplos, aos fiéis catecúmenos e infiéis. [...] (*apud* REGO, 1947, p. 78).

Veja-se que, na intenção de valorizar a acusação, Fernandes declara que além daquilo que escrevia, havia outras coisas ainda piores que, devido ao respeito pela pessoa do Rei, não deveriam ser a ele escritas. As acusações contemplam desde a má preparação dos padres (*tão ruins*) até a dissolução na vida de muitos.

O argumento da má preparação dos padres nos anos iniciais do Padroado na Índia não encontra guarida apenas na carta de Gonçalo Fernandes. Trabalhos como o de Costa (2004) e Manso (2009) nos mostram que um dos diferenciais perseguidos pela Companhia de Jesus era justamente uma preparação e formação mais consistente de seu clero, visando responder às críticas que à época de sua criação pairavam sobre a má preparação dos padres e religiosos de maneira geral. Retomando as fontes, apontamos para a escrita de um clérigo, uma missiva do Bispo de Dume a D. João III, datada de 28 de dezembro de 1523, na qual vemos que, além do comportamento dissoluto dos clérigos, também se aponta para a preparação deficitária dos missionários. Como exemplo, o Bispo cita questões de matrimônios que eram erroneamente tratadas pelos clérigos na Índia segundo ele, por *ignorância de saber*. Leiamos o excerto:

Item. Quanto ao espiritual, está mal provido de justiça e de pessoa que a entenda juridicamente, por se passarem muitos erros que pertencem a fé católica, por ignorância de saber. Primeiramente no Matrimônio é tanta corrupção nele, que se casam e descasam cada ano pessoas muitas, achando testemunhas falsas para fazerem seu propósito como querem e é de maneira que está nesta cidade Cochim homem casado três vezes e pelos vigários. Isto causa o seu pouco entender, e as mulheres da terra, vendo esta corrupção em nós, fazem outro tanto (*apud* REGO, 1991, p. 19).

Veja-se que, mal havia iniciado o reinado de D. João III e as reclamações a respeito das missões na Índia já lhe batiam à porta. Nesse sentido, podemos compreender talvez um dos motivos pelos quais o monarca tenha se entusiasmado já nos primeiros contatos com os padres da Companhia de Jesus. Costa (2004) faz uma importante discussão sobre o interesse do rei lusitano pela Companhia de Jesus, mostrando como a perspectiva de ter padres missionários que eram considerados intelectual e espiritualmente mais preparados motivou D. João III a trazê-los a Portugal, posteriormente enviando-os às suas missões na Índia e também no Brasil.

Como mencionado anteriormente havia também, na Índia, padres seculares, ou seja, aqueles sem ligação com alguma Ordem Religiosa propriamente dita. Fugindo das generalizações, podemos encontrar nas cartas ao Reino diversas reclamações, queixas, a respeito de consideradas imoralidades e desobediências provenientes de alguns dos padres missionários. Grande parte das queixas pesam sobre padres seculares, mas também outro montante das mesmas incide sobre padres regulares. Percebe-se que, não só os padres, mas os portugueses de modo geral, longe do Reino, e no caso dos padres, longes de seus superiores, acabavam por se sentir fora do alcance de seus costumes e de suas leis, adquirindo por vezes práticas consideradas inaceitáveis em Portugal. Essas faltas eram frequentemente denunciadas. O problema é que muitas vezes os capitães, feitores e outras autoridades portuguesas, ao contrário de repreender e castigar aqueles que praticavam os atos chamados de “escandalosos”, os protegiam, davam guarida aos infratores.

Continuando na carta do Bispo de Dume a D. João III, lemos algumas dessas experiências e um pedido de providências ao rei:

Item. Quanto ao viver dos clérigos e frades que estão fora destes mosteiros, pela maior parte é muito corrupta e por seu mau exemplo se perde muito a devoção dos cristãos da terra. Mande lhe Vossa Alteza pessoa que os meta em ordem e seja de bom viver e letrado, porque doutra maneira fazem mui pouco serviço a Deus e a Vossa Alteza (*apud* REGO, 1991, p. 19).

Na América Portuguesa as reclamações são muito semelhantes, quando observamos, por exemplo, que Manuel da Nóbrega denuncia, já em 1549 (ano da chegada dos jesuítas no Brasil) o “mau cristianismo” que os clérigos praticavam. Observemos aqui o fato de que a maior preocupação demonstrada pelo referido Bispo é que a fé dos novos convertidos fosse estragada pelos maus exemplos, pois, afirma ele, “por seu mau exemplo se perde muito a devoção”. Ou seja, a preocupação é de que os cristãos da terra, ao invés de deixar os seus considerados maus costumes, ingressem nos maus costumes daqueles que deveriam ensiná-los os puros costumes cristãos.

Porém, vale ressaltar, que este supracitado não é um caso isolado. Antes mesmo da data do excerto acima, já no ano de 1510 (portanto muito recente com relação à chegada dos portugueses na Índia) o Padre Julião Nunes escreve ao então rei D. Manuel, fazendo denúncias tanto do capitão-mor da fortaleza de Cananor como do vigário da fortaleza e de outros padres, segundo ele, moralmente corruptos. Na carta assinada em 14 de outubro de 1510, o padre escreve sobre um desses casos:

[...] o dito clérigo o foram topar uma noite os meirinhos e seus escrivães e homens, com uma mulher casada em uma cama, em braços, e seu marido em outra, junto com eles, e os prenderam; e o vigário, em vez de o castigar, mandou o para Cochim e fê-lo capelão da dita igreja e o livrou [...], e assim ao que eu mandei de armada, que tinha aqui os filhos, também o fez capelão da dita igreja (*apud* REGO, 1947 p. 112-113).

Ainda segundo o padre Julião Nunes, por estas e outras causas, “os leigos murmuram grandemente” (*apud* REGO, 1947, p. 113). Indubitavelmente, tais situações de má conduta causaram grandes problemas para os religiosos do Padroado Português. A força dos exemplos (ou maus exemplos) dados por padres nas Índias certamente constituiu-se em grande obstáculo a ser enfrentado pelos missionários realmente interessados na conversão dos nativos ao Cristianismo. Afonso de Albuquerque escreve, ainda a D. Manuel – em 01 de abril de 1512 – afirmando que diversos portugueses (entre eles clérigos) davam “[...] maus exemplos e maus conselhos

e com toda desordem quanta podem fazer; e esta é a maior perseguição que agora tenho na Índia” (*apud* REGO, 1947, p. 150). Evidentemente a maior preocupação de Albuquerque não era o crescimento do número de convertidos, mas ele conhecia e acreditava no poder de auxílio que a religião poderia desempenhar em favor de seu objetivo: o domínio oriental.

Ressaltamos novamente a não generalização dos padres. Sendo seculares ou regulares, os registros históricos que agora são analisados demonstram as narrações de diversas faltas por eles cometidas. Dessa forma, podemos compreender que, ao passo em que muitos missionários iam para a Índia com o verdadeiro propósito da conversão dos nativos “parte do clero secular pioneiro estava mais interessada em servir a Mamona do que a Deus” (BOXER, 2002, p. 81). A busca pelo enriquecimento, pelo comércio e pelos negócios, pode ter sido, a nosso ver, um dos fatores que contribuíram para “corromper” muitos religiosos nas missões orientais. Tal leitura é também apoiada pelos trabalhos do historiador Charles Boxer (1981; 2002). A expectativa, a possibilidade de grandes lucros e enriquecimento desviaram as atenções de muitos missionários que, deixando sua vocação e intento iniciais, partiam para a realização de atividades de proveito próprio, e, além disso, diversas vezes passavam a praticar atos antes condenados, entregaram-se muitas vezes a desejos, luxúrias e paixões, brutalmente contrárias aos princípios da fé cristã que professavam.

Ainda embasado no excerto da carta de Gonçalo Fernandes, no que diz respeito ao que define como “ladroices”, retomamos Tomé Lobo, que, como já mencionado, destaca o fato de que os padres da Companhia não recebiam dinheiro por suas pregações, batismos, missas e demais celebrações. É evidente que, se comparado com o que fora despendido anteriormente pela Coroa, os jesuítas eram muito mais favorecidos financeiramente pelo aparelho estatal do Reino na Índia que os padres das ordens que anteriormente dominaram aquelas missões. Em um minucioso trabalho, Assunção (2004) apresenta as finanças da Companhia de Jesus, mostrando como, com o decorrer do tempo, suas rendas e posses avolumaram-se, em partes impulsionadas pelo favorecimento durante muito tempo despendido pelo reino luso. Talvez por isso, pelo maior financiamento que se dava às ações da Companhia, estes padres, diferentemente de seus precursores, não

precisassem tomar dinheiro das mãos dos cristãos da terra. Nesse sentido, vemos que um dos aspectos diferenciais dos jesuítas para com os padres precursores do Padroado do Oriente advém diretamente das maiores e melhores condições financeiras e políticas que eram dadas a eles pela Coroa, especialmente na pessoa de D. João III (COSTA, 2004).

Podemos encontrar também algumas reclamações no que diz respeito ao financiamento das missões nos primeiros anos, ou, como diziam os missionários, a falta de *provisão*. A Companhia de Jesus, desde o início de sua atividade, contou com vários auxílios da Coroa, mas nem sempre a Coroa foi tão generosa nos recursos financeiros aplicados na Índia. Em carta escrita a D. João III em 16 de janeiro de 1528, lemos quase uma súplica do padre Álvaro Penteado nesse sentido:

Pedi ao vigário geral uma provisão para me obedecerem no espiritual [...].

Disse-me que sim. De dia em dia me teve quinze dias, até que uma noite se embarcou para Goa, sem me deixar provisão nenhuma. Escrevi ao Governador logo, dando-lhe conta da semjustiça que o vigário me fazia. Não sei se lhe fará prover; pois que ele provê nos leigos, com muita razão se devia prover nos clérigos [...]. E este não provê como deve: faz os clérigos serem mercadores [...] e porque em Coromandel anda um, que foi frade de São Jerônimo, há seis anos mercando e vendendo, que é o principal que lá anda, querem deixar outros muitos as vossas fortalezas para se irem para lá, pera o mesmo (*apud* REGO, 1991, p. 147-148).

O padre Penteado mostra em seu relato que, pela falta de provisões, ou seja, pela falta de pagamento aos missionários, negada neste caso pelo próprio Vigário Geral (na época Padre Sebastião Pires), muitos deles eram praticamente obrigados a se tornarem mercadores. Evidentemente a divisão de tempo dos missionários com outras ocupações (seculares) contribuía para o mau funcionamento das missões. Muitos deles, como o exemplo direto citado pelo padre, acabavam por desistir da missão em si e passavam a dedicar-se apenas ao comércio, para seu sustento e enriquecimento. Nesse sentido, é possível afirmar que a diferença na provisão de recursos

financeiros dos primeiros anos de missão do Padroado para os anos de atuação da Companhia de Jesus foi um dos fatores que interferiu fortemente nas distinções observadas.

Retornando para os elogios dirigidos aos jesuítas, além daquilo que acima já citamos sobre as afirmações de Tomé Lobo, intentamos observar a disparidade nos relatos sobre os comportamentos dos missionários antes e depois da chegada dos jesuítas tomando também algumas palavras escritas por D. João de Albuquerque, então bispo de Goa. O bispo dirige-se ao rei D. João III em carta escrita em 28 de novembro de 1548, oportunidade na qual narra também algumas posturas dos padres da Companhia de Jesus. A descrição de D. João de Albuquerque, que não é jesuíta, é permeada de admiração e elogios a eles, sendo que o bispo afirma até mesmo que os padres da Companhia seriam os homens mais fervorosos que até então haviam chegado à Índia. Lemos no escrito do referido clérigo:

Item. Por experiência acho não haverem vindo a esta terra homens de mais fervor, e de mais cuidado e diligência para o caso da cristandade e conversão dos infieis, e ajuda dos portugueses para se salvarem, que os padres da Companhia de Jesus. Eles cada dia vão ao hospital a confessar e servir os enfermos [...]. Confissões gerais de muita gente honrada, que temos quase todo ano na quaresma; visitam as ermidas; pregam por elas aos canarins // moços grandes da mesma terra na língua [...] (*apud* REGO, 1950b, p. 135).

O bispo menciona ainda, no seu relato, algo que merece ser destacado: os jesuítas (ao contrário dos predecessores) se esforçavam por ensinar aos nativos *na língua*, como vemos relatado. Existem ainda outras cartas dirigidas a Portugal em que se elogia e se narram as histórias dos padres da Companhia de Jesus. Compreendemos que estes padres, ao mesmo tempo em que executavam sua missão, conseguiam paralelamente angariar o respeito, a empatia e, podemos mesmo afirmar que os jesuítas angariavam o carinho daqueles com quem mantinham contatos. Evidentemente, os inicianos sempre possuíram seus opositores (tempos com maior, tempos com menor força), mas o fato a se destacar é que a grossa e considerável fatia dos portugueses,

dos indianos e dos cristãos de forma geral possuía, ao que parece, enorme apreço e afeição pela Companhia como um todo. Mas a pergunta que se faz é: por quê? Por que os padres da Companhia eram tão bem vistos, tão benquistos e tão admirados como vemos na documentação? Por que estes padres possuíram mais admiradores e defensores que seus predecessores? A explicação pode talvez se dar de forma a analisar a sua postura.

A aleatoriedade não é algo farto na metodologia de trabalho jesuítica. Na verdade, nos parece que muito pouco do trabalho e do agir jesuítico pode ser considerado como acidental, fortuito. Sendo assim, ser benquisto por aqueles que estavam à sua volta era uma das orientações por vezes despendidas nas cartas de Xavier. Podemos encontrar nelas muitas recomendações aos missionários jesuítas, nas quais se aconselha uma postura sempre amável, agradável, e que pudesse ganhar, de maneira pensada e intencional, a confiança das pessoas. Isso envolve tanto os portugueses comuns como, sobretudo, as autoridades presentes na Índia e, ainda, os naturais da terra, além dos mandatários dos espaços indianos. Tais posicionamentos e posturas pensadas, planejadas, fazem parte daquilo que Costa (2004) chama de racionalidade jesuítica: a capacidade de racionalizar processos missionários, pregação, missionação, catequese e tudo mais do dia a dia do trabalho de cristianização.

Afirmamos tudo isso por compreendermos que a intencionalidade é uma marca da forma de agir do jesuíta. O agir intencional permeou as atividades da Companhia de Jesus desde o grupo inicial que a fundou até aqueles que foram posteriormente formados para sua continuidade. Ao se ler trabalhos que são clássicos e referência à história tanto da Companhia de Jesus como do catolicismo em Portugal de maneira geral (OLIVEIRA, 1958; RODRIGUES, 1938; ROSA, 1954) percebe-se a não aleatoriedade, o planejamento, a intencionalidade e a racionalização dos trabalhos empreendidos pelos jesuítas. A intencionalidade marcou a atuação jesuítica no Oriente, na Europa e também no Brasil. Mesmo o ato de escrever cartas, informar, comunicar sobre a missão e as ações catequéticas não era casual, mas sim uma atividade frequente e disciplinada (LODOÑO, 2002). Talvez por isso tenhamos farto material escrito sobre as missões em que havia atuação da Companhia de Jesus. Usamos todos estes argumentos para

afirmar e reafirmar que os jesuítas agiam racionalmente, pautando suas decisões e estratégias missionárias nos objetivos e finalidades de tudo aquilo que pretendiam.

Lemos, sobretudo nas cartas do padre Xavier, que os missionários deveriam, sempre, ser admirados e amados por aqueles a quem deveriam evangelizar. Lançando mão das instruções que Xavier escreveu aos padres jesuítas da Costa da Pescaria e Travancor, em carta de fevereiro de 1548, lemos:

12. Com o capitão vos haveis muito benignamente, de modo que por nenhuma coisa quebreis com ele. Com todos os portugueses desta Costa procurareis de viver em paz e amor com eles, e com nenhum estareis mal, ainda que eles queiram. Os agravos que eles fizerem aos cristãos com amor os repreendereis; quando neles não houver emenda, fá-lo-eis saber ao capitão.

Outra vez vos torno a encomendar que por nenhuma coisa estejais mal com o capitão.

[...]

14. Aos padres da terra os favorecereis nas coisas espirituais [...]; e deles não escrevais mal a ninguém [...]

[...]

16. Procurareis com todas vossas forças de vos fazer amar desta gente, porque, sendo deles amados, fareis muito mais fruto que sendo deles aborrecidos (*apud* REGO, 1950b, p. 41-42).

Compreendamos aqui o que Xavier encomenda muito diligentemente: os jesuítas deveriam estar bem com todos, sobretudo com os capitães por onde passassem. Até mesmo a repreensão deveria ser ministrada com amor. Os demais padres tratados com respeito, e as demais gentes carinhosamente tratadas, de forma que o jesuíta, acima de tudo, fosse amado e respeitado por todos.

As estratégias traçadas, escritas e ensinadas por Xavier nos remetem à característica talvez mais peculiar e útil da Companhia de Jesus, que é a estratégia da adaptação. Tendo como base aquilo que se pode compreender das instruções de Xavier aos missionários, e ainda as formas de ser e agir

dos inacianos, vemos que era imperativo ao jesuíta adaptar-se inteiramente ao meio: adaptar-se àqueles a quem iam evangelizar. É interessante citar uma importante fala de Manso que afirma: “A adaptação é considerada por alguns missionários como uma *pré-evangelização*, [...] um momento de estudo e apreço pelas culturas indígenas, abrindo, dessa forma, o caminho ao processo missionário” (MANSO, 2009, p. 130, grifo da autora). Deve-se destacar que a adaptação não é uma característica exclusiva da Companhia de Jesus. Entretanto, entendemos que esta foi a ordem que melhor a utilizou e empregou nas missões ultramarinas portuguesas. Nesse sentido, Costa (2004, p. 167) afirma:

A necessidade da adaptação tanto no discurso, como da metodologia empregada e até do comportamento exterior dos padres jesuítas em missão foi resultado principalmente do enfrentamento de culturas e religiões tão diferentes da cristã-ocidental. Quanto mais complexas eram a vida e a religião dos outros povos, crescia a necessidade de adaptação, aumentando a necessidade de avaliar profundamente quais as estratégias necessárias para realizar a evangelização.

Para tratar da adaptação é necessário retomarmos e insistirmos no diferencial jesuítico do ensino nas línguas nativas. O enorme esforço destes padres estava concentrado em inicialmente aprender os idiomas da terra para, desta forma, por assim dizer, adaptar o ensino catequético aos que o receberiam. Os padres da Companhia desejavam, nesse sentido, oferecer um ensino da religião cristã que fosse, ao mesmo tempo, rigoroso e inteligível aos naturais da terra. Muito além de apenas adaptar o idioma, adaptavam-se, os próprios jesuítas a muitos costumes e peculiaridades próprias dos povos evangelizados.

Contrariamente à ideia inaciana da adaptação, da aprendizagem e uso das línguas nativas, da proximidade intelectual com os objetos da missão, encontramos os relatos de muitos padres nos anos anteriores suplicando ao rei ajuda financeira, esmola, benefícios e ainda outras formas de *presentear* aqueles que se tornassem cristãos. Parece-nos que nos primeiros anos das missões havia generalizada entre os missionários a crença de que apenas os

favorecimentos sociais e financeiros fariam com que os nativos aderissem ao cristianismo. Tal pensamento era, ao que parece, o inverso do ideário da Companhia de Jesus, que buscava na proximidade com os infiéis uma de suas fórmulas para conversão efetiva.

A metodologia da Companhia de Jesus buscava, pelos documentos analisados, muito além de simples adesões ao Cristianismo por interesses particulares e temporais, a verdadeira compreensão das doutrinas por parte dos evangelizados. Em trecho de carta escrita pelo padre Afonso Velho, vigário de Cananor, ao rei D. Manuel em 20 de dezembro de 1514, podemos perceber que o foco é bem diferenciado daquele posteriormente empregado pelos jesuítas:

[...] E quanto aos honrar e favorecer que me Vossa Alteza diz, isto não é em mim e vós, Senhor, o deves mandar ao vosso capitão-mor e capitães e feitores das fortalezas que façam e que os meirinhos os não apertem porque é muito necessário porque é gente pobre e *vendo-se favorecidos e bem tratados tornar-se-ão muitos mais cristãos*. E quanto ao que me Vossa Alteza manda que trabalhe pelos naires e gente honrada serem cristãos, a esses que ora são leu vossa carta muitas vezes e lhes digo como os mandais honrar e favorecer, que trabalhem por outros seus parentes e amigos serem cristãos, porque neste caso eu não posso mais fazer, assim por não saber a língua, como por não ter conversação com os mouros e gentios, e deve *Vossa Alteza mandar que a esses que são cristãos se dê alguma coisa de Vossa fazenda por que isto é o que fará vir muita gente [...]* (apud REGO, 1947, p. 241-242, sem grifos no original).

Veja-se que o padre citado declara abertamente não saber a língua nativa, e também não demonstra nenhuma intenção em aprendê-la. Não há forma nenhuma de adaptação ao meio, pois o clérigo também afirma que não possui conversação com mouros nem mesmo com gentios. A única certeza que ronda o relato do missionário é que, se o Rei realmente quisesse aumentar o número de cristãos na Índia deveria, literalmente, *abrir as portas de sua fazenda* e conceder mais e mais favorecimentos e doações em troca das *conversões*.

Nesse sentido, vemos que a fórmula seguida anteriormente à presença da Companhia na Índia era de fato simples: quanto mais recursos financeiros, mais conversões poderiam ser feitas. Com poucas exceções, não há problematização a respeito dos locais, das pessoas, das culturas, línguas ou sociedades que seriam alvo da missionação no período anterior aos jesuítas. Não encontramos nos relatos anteriores aos da Companhia tentativas de adaptação das formas de ensino para os nativos.

Já no ideário dos padres da Companhia de Jesus, os locais a serem evangelizados eram especialmente diferentes uns dos outros. Para tanto, a forma de pregar, de ensinar, catequizar e levar o evangelho seria, também, especial em cada uma destas situações. O adaptar jesuítico, na visão deles, faria com que a pregação fosse cada vez mais pontual e eficaz, visto que poderia ir diretamente ao encontro daquilo que se necessitava em cada local. Neste prisma é interessante a forma como Xavier se dirige ao orientar os padres João da Beira e António Criminal em 16 de dezembro de 1545:

Por esta carta vos peço, caríssimos Padres e irmãos João da Beira e António Criminal, que, vista esta, vos façais prestes para irdes ao Cabo de Comorín, onde tereis mais serviço a Deus que estando em Goa; onde achareis o Pe. Francisco Mansilhas, o qual conhece a terra e o modo que haveis de ter nela (*apud* REGO, 1950a, p. 252, sem grifos no original).

Veja-se que fizemos questão de grifar a orientação de Xavier: o modo de se ter naquela terra. O superior ensina aos padres que, no novo terreno a que estavam sendo enviados, novas experiências e novas necessidades se fariam presentes. Por isso seria necessária uma consulta ao padre Mansilhas, que antes deles já estava no Cabo e poderia de antemão orientá-los quanto às necessidades daquela localidade. Entendemos que toda esta preparação, toda esta metodologia de ação, enfim, todo o aparato da Companhia de Jesus estava direcionado ao fim tão pretendido, que era a salvação dos gentios, no maior número e qualidade possíveis.

Diferentemente dos padres que inicialmente missionavam na Índia, o jesuíta colocava-se na situação de adaptado, ao invés de adaptador. Ao

passo que os primeiros padres das ordens precursoras tinham em mente a necessidade de primeiramente impor sua cultura, seus costumes e sua língua (todos europeus) para, posteriormente, inserir o evangelho, o jesuíta abria mão de muitas coisas desnecessárias à pregação e a fazia de forma mais simples, mais compreensível e, podemos arriscar, mais eficaz.

Não queremos aqui engrandecer o jesuíta ou condenar as demais ordens. Temos a consciência de que a ação inaciana também foi permeada de imposição e violência cultural, porém, a imposição jesuítica parece estar muito mais ligada essencialmente à religião que a qualquer outro costume e setor cultural que poderia junto a ela ser trazido. Entendemos que ao se colocar como um *adaptado*, o jesuíta vislumbrava uma aproximação mais tênue com o gentio, o que poderia, na melhor das hipóteses, favorecer a confiança, a credibilidade e o recebimento da *Mensagem da Cruz*. Assim, afirmamos, ainda, que a estratégia da adaptação advém essencialmente do ideal de catequese e missão presente na Companhia desde sua fundação: o desejo da cristianização do outro, do alcance dos povos perdidos, da salvação das almas condenadas.

A tentativa que estamos empreendendo aqui de analisar a ação da Companhia de Jesus em comparação com as ordens que se apresentaram anteriormente nas missões do Oriente não é simples. Torna-se difícil tal empreendimento pelo fato de que muito do que lemos ser produção dos próprios jesuítas (cartas, instruções), além do que as coleções a que temos acesso são compiladas, organizadas e por vezes comentadas, em sua maioria, por religiosos. Nesse sentido não temos por objetivo esgotar o assunto ou as discussões, mas, para além disso, justamente fomentá-las contribuindo para seu debate e construção críticos.

Tendo em vista e em mente todo o acima afirmado, desejamos reiterar que, sob nossa análise, no período a que nos propomos a analisar (1499-1552), houve uma espécie de melhoramento nas missões do Padroado Português na Índia. Esta diferenciação se mostra presente tanto no que diz respeito ao aspecto quantitativo quanto ao qualitativo nas missões catequéticas empreendidas pelos padres jesuítas. Sendo assim, podemos conjecturar que, em relação aos anos de trabalho anteriores à sua chegada, a Companhia de Jesus operou, na Índia, tanto um aumento no

número de convertidos ao Cristianismo quanto à qualidade, confiabilidade e racionalidade de tais conversões. Em comparação com os anos anteriores, em análise das fontes documentais, acompanhamos o pensamento de Boxer (2002; 1981) quando afirma ser a Companhia de Jesus a “ponta de lança” que revolucionou o cenário das missões Orientais.

Ademais disso, nos parece ser possível uma melhor análise das condutas jesuíticas quando comparadas suas cartas àquelas que eram escritas pelos seus predecessores; a tarefa de analisar a ação da Companhia é mais viável, pois esta ação está registrada por meio das cartas. Tomemos como exemplo o recorte temporal de que nos utilizamos: no espaço de 10 anos de ação jesuítica que analisamos, entre os anos de 1542 a 1552, há muito mais cartas disponíveis para leitura que nos 42 anos anteriores, quando as outras ordens dominavam a missão na Índia. Sendo assim, o conhecimento do agir, do ser e do fazer da Companhia pode ser amplamente discutido, lido, conhecido. O epistolário jesuítico sem dúvida contribuiu enormemente para a união e crescimento espiritual e intelectual dos próprios jesuítas, mas não podemos perder de vista que tal epistolário contribui de forma grandiosa também conosco hoje, nos possibilitando conhecer e analisar uma parte deveras importante da história da Igreja Católica bem como do Império Português na Modernidade.

Segundo o que pudemos ler nestes documentos que a História nos preservou, vemos que o número de conversões, bem como as formas como eram operadas inegavelmente aprimorou-se sob a responsabilidade dos inacianos. Este salto acompanha, essencial e inevitavelmente, o aprimoramento da catequese, do ensino e da educação a que os jesuítas tanto se dedicaram. Trabalhando por meio de ações racionalizadas, intencionais e planejadas, a Companhia de Jesus pôde trazer ao cristianismo presente na Índia os moldes muito mais próximos ao cristianismo do Reino que aqueles trazidos anteriormente à sua chegada. Cabe ressaltar, no entanto, que junto à religião vem, impregnada, a cultura europeia, os padrões de moral, os costumes, tão importantes e valiosos para o domínio português no além-mar.

Evidentemente, como já afirmamos, os jesuítas obtiveram especialmente de seu benfeitor, D. João III, privilégios, ajudas e favorecimentos muito maiores que aqueles oferecidos em todo o tempo

anterior à ida destes padres para o Oriente. Em partes poder-se-ia explicar o seu maior sucesso por esta via. Entretanto, não se pode descartar o prisma da melhor preparação, do agir racional, da intencionalidade presente na Companhia de Jesus como forma de compreender tais diferenças. Acreditamos, portanto, que as condições e privilégios oferecidos pelo aparato do reino somado às formas de trabalho, à preparação e à adaptação da Companhia de Jesus foram responsáveis pelas mudanças ocorridas após a chegada destes na missão do Padroado Real Português do Oriente.

Considerações finais

É importante destacar que não é objetivo deste trabalho considerar como inúteis os primeiros anos de missão na Índia. Muitos relatos mostram padres preocupados, queixosos de toda situação que enfrentavam, ciosos de melhores condições para um melhor trabalho. Muitos deles trabalharam verdadeiramente tendo em mente aquilo que haviam se proposto a fazer: catequizar a Índia. Além disso, os primeiros anos de missão proporcionaram um conhecimento dos lugares, da cultura, das religiões, das pessoas envolvidas no processo. Por assim dizer, as missões dos primeiros anos abriram o caminho para aquilo que estava por vir.

A partir de 1542, Francisco Xavier passa a comandar o crescente grupo de padres da Companhia de Jesus na Índia. Tais clérigos jesuítas paulatinamente chegam à Índia para também desempenhar as missões de catequese sob o Padroado Português. Os demais padres, seculares e de outras ordens, não saem das missões na Índia com a chegada dos jesuítas. Eles continuam existindo e trabalhando, mas as missões comandadas pela Companhia e por Xavier em muito diferiram daquelas desempenhadas por seus predecessores, principalmente no que diz respeito ao seu *modus operandi*.

A Companhia de Jesus pôs em prática, na Índia, um conceito de missão que até então não havia sido empregado naquelas partes. Xavier e seus comandados vão adentrar os espaços e as culturas orientais decididos a conhecê-las, estudá-las e usá-las a seu favor. O uso das línguas locais para tradução das orações e artigos de fé talvez seja um dos exemplos mais claros

disso: os jesuítas esforçaram-se, na Índia, por levar o cristianismo para mais perto dos nativos, torná-lo mais acessível.

O agir jesuítico, não só na Índia, mas como um todo, vem marcado pela estratégia da adaptação. Os jesuítas bem souberam usar tal estratégia, pois lemos nos relatos, nas cartas, que rotineiramente Xavier exortava seus subordinados a “estarem bem com todos”, a serem benquistos, a adaptarem-se aos meios em que iam evangelizar e trabalhar. Esta estratégia levou os jesuítas a estarem mais próximos dos nativos que quaisquer outros padres precedentes a eles na Índia. Os jesuítas, de modo geral, estavam envolvidos em quase todos os espaços cotidianos dos lugares de ocupação portuguesa no Oriente (COSTA, 2004; MANSO, 2004).

É claro que precisamos considerar, ainda, o raio de influência da Companhia de Jesus. Esta, sozinha, não seria capaz de operar os trabalhos a que se propôs. Se a Companhia de Jesus foi forte na Índia, é porque, antes disso, o domínio português e sua presença eram igualmente fortes. Vemos que a Companhia tem maior sucesso na exata proporção da força lusitana que a protege. Em outras palavras, onde Portugal é forte a Companhia tem guarida, tem proteção, tem força. Onde o domínio português não é tão efetivo, a Companhia não tem tanta proteção e favor, sendo necessárias mais concessões no que diz respeito à adaptação. A Companhia de Jesus, na Índia e no Oriente como um todo, tem exatamente a força que Portugal pode lhe proporcionar: a cruz chega com mais força onde a espada já desempenhou, também com força, seu trabalho.

Nesse sentido, este texto se propôs a analisar, por comparação, os anos de ação jesuítica sob o comando de Xavier frente aos primeiros anos das missões. Por meio da comparação a que nos propusemos, pudemos concluir que:

- I. O esforço jesuítico por conhecer as culturas locais, suas línguas, suas crenças e religiões foi maior que o despendido pelos outros padres nos primeiros anos de missões;
- II. A organização hierárquica da Companhia de Jesus bem como a preparação mais sólida de seus membros favoreceu um maior compromisso destes padres com os ideais de sua missão, além de proporcionar maior organização nas suas atividades;

III. As estratégias de adaptação usadas pelos inacianos fizeram com que eles estivessem mais perto dos nativos, fossem mais compreendidos, além de tornar o Cristianismo mais acessível aos catequizados;

IV. A Coroa Portuguesa, na pessoa de D. João III, proporcionou à Companhia de Jesus um apoio real muito maior que aquele proporcionado às demais ordens em todos os anos anteriores de missão na Índia.

Todos estes fatores combinados entre si fizeram com que os resultados alcançados pela Companhia de Jesus na evangelização da Índia fossem mais efetivos e mais visíveis que aqueles alcançados em todos os anos anteriores à sua chegada.

Vale lembrar que não tomamos como expressão exata da verdade todas as descrições jesuíticas da missão, principalmente no que diz respeito aos números por elas apresentados. Entretanto, quando analisadas as descrições dos jesuítas, dos missionários anteriores a eles, de leigos e pessoas da administração portuguesa, ou seja, quando analisado todo o bojo das fontes que dispomos para a pesquisa, além da historiografia nos trabalhos citados, torna-se impossível não ver a diferença quantitativa e qualitativa do período de missão inaciana comparada ao anterior. A ação dos primeiros padres e, especialmente dos jesuítas, criou uma cristandade ultramarina, o que pode ser observado nas fontes e na bibliografia deste texto.

Entendemos que os relatos sobre as missões na Índia e no Oriente português como um todo são carregados de um sentido, próprio daquelas pessoas que os escreveram. Sabemos, ainda, que tanto nas cartas dos jesuítas quanto naquelas escritas por franciscanos, dominicanos, padres seculares e quaisquer outros há um tanto de verdade, assim como pode haver (e acreditamos que muitas vezes há) um tanto de exagero, de “valorização” dos fatos. Contudo, é inegável que os missionários foram enviados, que trabalharam para ensinar a religião cristã e trazer a conversão aos nativos, e que isso tudo surtiu resultados práticos, relatados nas fontes e repercutidos na historiografia.

Assim, podemos afirmar que a ação catequética dos missionários cristãos, sobretudo aquela operada pela Companhia de Jesus, teve um

papel indispensável no processo de ocupação e domínio português na Índia. Além disso, reafirmamos que a Companhia de Jesus, em seu papel de “ponta de lança” (BOXER, 2002), alcançou resultados maiores e mais efetivos que aqueles alcançados por seus predecessores no Oriente português, formando uma considerável cristandade além-mar, levando consigo a crença e a autoridade da Igreja Católica, sempre associada aos enclaves de expansão portuguesa.

Referências

- ASSUNÇÃO, P. *Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2004.
- BOXER, C. R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- _____. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COSTA, Célio Juvenal. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)*. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.
- JESUÍTAS em Portugal. *História*. Disponível em <<http://www.jesuitas.pt/Hist%C3%B3ria-17.aspx>>. Acesso em: jun. 2012.
- LODOÑO, Fernando Torres. Escrevendo Cartas. Jesuítas, escrita e missão no século XVI. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 43, p. 11-32, 2002.
- MANSO, Maria de Deus Beites. *A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): Atividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais*. Évora; Macau: Universidade de Évora; Universidade de Macau, 2009.
- OLIVEIRA, P. Miguel de, S. J. *História eclesiástica de Portugal*. 3. ed. Lisboa: União Gráfica, 1958.
- REGO, António da Silva (Org.). *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1947. v. 1.

- _____. *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1991. v. 2
- _____. *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1950a. v. 3.
- _____. *Documentação para a história das missões do Padroado português do Oriente*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1950b. v. 4
- RODRIGUES, Francisco S. J. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1938. v. 1, t. 2.
- ROSA, Henrique, S. J. *Os Jesuítas: de sua origem aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 1954.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. *Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)*. Lisboa: Roma, 2004.
- THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.